



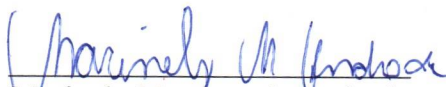
CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO



CERTIDÃO

Certifico que consta da Ata da 22ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Bom Despacho, realizada em 11/08/2025, que foi colocado em pauta para discussão e votação o **Projeto de lei 51/2025 (Substitutivo ao PL 43/2025)** de autoria do chefe do executivo que “Altera e acresce dispositivos da Lei nº2945, de 5 de setembro de 2023, que dispõe sobre a isenção de tributos municipais para Instituições de Assistência Social sem fins lucrativos e Clubes de Serviços no Município de Bom Despacho, e dá outras providências”, sendo este aprovado por unanimidade sem emendas em 1ª e 2ª votação. Certifico por fim, que estavam presentes a totalidade dos vereadores e não tendo votado apenas o Vereador Maique (Presidente) em atendimento ao disposto no artigo 48 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Bom Despacho.

Bom Despacho, 12 de agosto de 2025.


Marinely Martinez de Andrade



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Proposição de Lei nº51/2.025



Altera e acresce dispositivos da Lei nº2945, de 5 de setembro de 2023, que dispõe sobre a isenção de tributos municipais para Instituições de Assistência Social sem fins lucrativos e Clubes de Serviços no Município de Bom Despacho, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso II do art. 2º da Lei nº 2.945, de 5 de setembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação, sendo ainda acrescido o § 2º ao referido artigo:

“Art. 2º (...)

II – Possuir no CNPJ, código e descrição da atividade econômica - CNAE - de atividade de associações e clubes de serviços de defesa de direitos sociais, de acolhimento e atendimento de longa permanência a idosos; de defesa e proteção à saúde animal, de promoção e desenvolvimento da educação e cultura.

§ 2º As Instituições de Assistência Social que recebem subvenção ou contribuição do Município, através de Termo de Parceria e Convênios, ficam dispensadas do cumprimento do disposto no inciso II do artigo 2º.”

Art. 2º O caput do art. 4º da Lei nº 2.945, de 5 de setembro de 2023, passa a vigorar com nova redação, sendo acrescidos os §§ 1º e 2º:

“Art. 4º Para fazer jus à isenção, a Instituição de Assistência Social sem fins lucrativos e os clubes de serviços deverão efetuar requerimento na Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 1º Analisado e deferido o pedido, a isenção tributária será registrada uma única vez no sistema da Prefeitura, somente sendo o registro modificado caso a Instituição ou Clube de Serviços deixe de cumprir os requisitos desta lei.

§ 2º Anualmente para continuar fazendo jus à isenção as entidades e os clubes de serviços deverão comprovar o atendimento aos requisitos legais exigidos no exercício.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bom Despacho, 11 de agosto de 2025.


Vereador Maique

Presidente da Câmara Municipal


Vereador Rodrigo Chapola

Vice-presidente da Câmara Municipal


Vereador Eltinho

1º Secretário da Câmara Municipal


Vereador João Eduardo

2º Secretário da Câmara Municipal